

PAISAGEM DE HISTÓRIA: A DEVORAÇÃO DOS 500 ANOS*

Antonio Augusto Arantes**

Resumo

O autor, identificando do ponto de vista conceitual o que denomina "paisagem de história", faz um estudo cuidadoso do local atualmente chamado Museu Aberto do Descobrimento, destacando os modos como forças hegemônicas se apropriam desse espaço e o ressignificam, num processo engenhoso de negociação imobiliária, de exploração turística,

Abstract

The author, identifying from the conceptual point of view what he calls "history landscape", carries out a thorough study of the place currently known as Museu Aberto do Descobrimento (Open Museum of the Discovery [of Brazil]). He points to the ways in which hegemonic forces appropriate this space and change its meaning, in an ingenious process

* Este artigo tem origem no subprojeto *Paisagens de História*, dirigido pelo autor no quadro dos projetos *Identidades: reconfigurações de cultura e política*, apoiado pela Finep/Pronex (e que também conta com o apoio do CNPq) e *Construindo a Democracia: cidadania, nação e a experiência urbana contemporânea*, patrocinado pela Fundação Rockefeller. Ele se apóia também na análise dos efeitos do Projeto do Memorial do Encontro, sobre a população não-indígena da região de Porto Seguro, realizada pelo autor para a elaboração do *Estudo de Impacto Ambiental* daquele projeto (Simbios, 1999). O desenvolvimento da pesquisa acadêmica contou com a colaboração de Manuel Vieira da Conceição, Junia Mehluns, Simone Frangella, Pedro Okabayashi e Daniela Kuperman, tendo esta última participado de ambos os trabalhos, a pesquisa acadêmica e o EIA-RIMA. Este trabalho e as pesquisas que lhe deram embasamento empírico contaram também com a destacada participação de Álvaro D'Antona.

** Professor titular de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (São Paulo) e consultor. Foi presidente da Associação Brasileira de Antropologia e do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Publicou diversos trabalhos sobre cultura e política, entre os quais destacam-se *Produzindo o passado* (São Paulo, Brasiliense, 1983), *Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo* (Campinas, Edunicamp, 1992), "Cidadania", número temático da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (Rio de Janeiro, Iphan, 1996), *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público* (Campinas, Edunicamp, 1999) e *O espaço da diferença* (Campinas, Papirus, no prelo).

articulado a um trabalho arguto de produção e de reelaboração de imagens e memórias.

Palavras-chave

Paisagens de História; patrimônio cultural; turismo; comemoração.

of real state negotiation, tourism exploitation, combined with a smart work of production and re-elaboration of images and memories.

Key-words

History landscapes; cultural heritage; tourism; celebration.

Introdução

O presente estudo tem como pano de fundo a formação econômica, política, social e simbólica de uma área do extremo sul do estado da Bahia, que teve como pólo de irradiação a cidade de Porto Seguro e recobre uma rede de sítios históricos e arqueológicos associados ao início da ocupação portuguesa de terras da América meridional. A delimitação dessa área, atualmente denominada Museu Aberto do Descobrimento, foi em termos financeiros uma das principais iniciativas do governo brasileiro e baiano visando a comemoração do V Centenário. O ponto focal destas reflexões é a região de Santa Cruz Cabralia e Coroa Vermelha, uma das áreas mais sensíveis desta rede de sítios históricos. Sendo este, como se sabe, o lugar do desembarque de Pedro Álvares Cabral em 1500, o sítio, o seu entorno e a população indígena aí residente têm estado, nos últimos anos, na mira de diversas iniciativas governamentais e empreendimentos comerciais direta ou indiretamente associados à temática do *descobrimento*.

Do ponto de vista conceitual, trata-se aqui de identificar e compreender o sentido de um conjunto de práticas formadoras do que denomino *paisagem de história*. Convém, portanto, iniciar por uma reflexão – ainda que breve – sobre o sentido em que utilizo essa expressão.

As sociabilidades contemporâneas são estruturadas primordialmente pelo e para o mercado. Se o setor financeiro foi a esfera em que primeiro se consolidaram os processos e as tendências hoje identificados como formadores da alta modernidade, são sem dúvida a circulação e o consumo de bens culturais um dos principais ingredientes das mudanças que ocorrem nos estilos de vida e na formação de fronteiras simbólicas em toda parte. Mas – é sempre útil insistir – longe de simplesmente gerar homogeneidade, o mercado estimula a geração e a circulação de todo tipo de recursos capazes de produzir sentidos de lugar e de diferença. Atualmente, os marcadores de identidade tendem a projetar os contextos locais num panorama que é internacional (no sentido de que condensa uma

pluralidade de referências nacionais) e que, ao mesmo tempo, constitui um domínio relativamente independente da cultura que é global, na medida em que atravessa e se sobrepõe a fronteiras territoriais e diferenças nacionais. Reciprocamente, a produção cultural mundializada propicia o enraizamento, no plano local, de tais *sentidos globais de lugar*¹. Estes sentidos dialogam, deslocam e interagem com as formações culturais que alimentam as representações de nação, memória e tradição, e com as práticas a elas associadas. Estamos, portanto, nos referindo a processos que são ao mesmo tempo intra, inter e transnacionais.

É como parte dessa problemática que o turismo, atividade atualmente reconhecida como um dos mais ativos ramos da economia, vem crescentemente se transformando em objeto de reflexão dos cientistas sociais. Nesse contexto também se incluem as exposições internacionais e as comemorações de centenários que, tendo sido realizadas com forte sentido e intenção nacionalizantes desde o século XIX, são hoje parte indissociável deste complexo cenário emergente que articula cultura e política ao mercado.

Estudos críticos sobre o turismo são ainda relativamente incipientes e, embora indiscutivelmente relevantes, freqüentemente atendem e se limitam a preocupações pragmáticas. Produzidos como análises técnicas de impacto ambiental e privilegiando questões pontuais, eles têm destacado os aspectos relevantes do ponto de vista da economia e do planejamento. Pouca ou nenhuma atenção tem merecido, entretanto, o que, em outro trabalho, designei como “sustentabilidade social”² desses empreendimentos. Além disso, são raros os momentos em que tais reflexões se voltam para as tendências mais gerais dos processos subjacentes às circunstâncias tratadas ou, mais especificamente, sobre as suas articulações com os processos culturais envolvidos. São essas as preocupações que motivam o presente trabalho.

O turismo é uma prática que mobiliza recursos materiais e gera investimentos voltados para o agenciamento de espaços e para prestação de serviços que são dirigidos a consumidores em trânsito. As características particulares desses agenciamentos variarão em função da natureza dos produtos que estiverem sendo postos no mercado. Grandes, pequenos ou microempreendimentos podem optar tanto por oferecer instalações de hos-

1 D. Massey, “Um sentido global de lugar”. In: A. Arantes, *O espaço da diferença*, op. cit.

2 “Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano” (*Projeto História: Espaço e Cultura*, 18, São Paulo, Educ, 1999) e “Cultura, cidadania e patrimônio na América Latina”, Comissão para la Preservación del Patrimonio Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, agosto de 1999.

pedagem totalmente impessoais e funcionais quanto ambientes ricos em particularidades culturais ou *sentidos de lugar*. Essas instalações podem estar localizadas à margem de auto-estradas de grande circulação, próximas de aeroportos ou de centros empresariais. Ou elas podem se inserir numa pequena vila à beira-mar ou mata, propiciando ao visitante a sensação de estar imerso num universo pitoresco e diferenciado. Na cultura de *excessos*³ em que vivemos, uma ou outra dessas alternativas polarizadas tenderão a ter mais prestígio e preços mais elevados na medida em que sejam, respectivamente, ou hiperfuncionais ou hiperlocais.

Pois bem, *paisagens de história*, no sentido que dou à expressão, são hiperlugares, ou seja, espaços geográficos com altíssima densidade de referências históricas e culturais (preexistentes ou induzidas) enquadrados por empreendimentos econômicos e/ou culturais voltados à produção e à circulação de bens de consumo com forte sentido de lugar. As intervenções arquitetônicas e paisagísticas formadoras dessas paisagens tendem a ser altamente cenográficas e, portanto, dependentes da ação de especialistas em *design*, *marketing* e publicidade. Tratando-se de produção para o consumo visual, imagens e narrativas, mais do que coisas concretas, é o que predominantemente se oferece ao investidor e ao consumidor.

Sempre determinada pelos constrangimentos estruturais e de linguagem próprios a cada um dos campos profissionais envolvidos, a construção simbólica das *paisagens de história* como mercadorias inclui um complexo jogo de imagens de si e de lugar, no qual a vila ou povoado, seus habitantes e a própria natureza – em função do tipo de tratamento paisagístico – assumem marcas físicas visíveis de identificações e nexos próprios das redes mundiais de paisagens exóticas para consumo global. Um forte indicador desta tendência é a corrida para o reconhecimento, em toda parte, de bens culturais locais como integrantes do patrimônio mundial e o acirramento do processo de competição intercidades já claramente identificado em regiões da Europa.⁴ Outro exemplo é o comércio de produtos orientais – particularmente balineses – nas butiques de hotéis turísticos em lugares exóticos ou, como se queira, tornando exóticos – numa linguagem comum – lugares em diversos pontos do planeta. No plano simbólico, essa competição entre cidades e sítios e o comércio de artesanato alimentam o que se poderia

3 M. Augé, *Não lugares*. Campinas, Papirus, 1994.

4 C. Fortuna, *Identidades, percursos, paisagens culturais*. Oeiras, Celta, 1999.

conceituar como *intertextualidade*, ou seja, construção discursiva de analogia e confronto, na produção das paisagens de história.

Resultantes de investimentos financeiros e culturais de vulto e, ao mesmo tempo, concentradas em pontos minúsculos do território escolhidos a dedo, as *paisagens de história* tendem a ser configurações espaciais enobrecidas – *gentrified* – demarcadas por fronteiras agressivamente vigiadas, já que freqüentemente localizam-se em regiões previamente habitadas por população de baixa renda ou exercem forte atração sobre uma parcela da população que vislumbra, nesses empreendimentos, oportunidades de emprego e de geração de renda.

Estas reflexões dizem também respeito à problemática das relações entre memória e patrimônio cultural. Cabem portanto algumas – ainda que poucas – palavras sobre o assunto. Os estudos sobre a memória social têm passado por uma importante revisão crítica desde o início da década de 1980. Grandemente inspirados nas teorias sobre identidade desenvolvidas pela Antropologia (obras de autores como Abner Cohen, Ernest Gellner, Victor Turner e Clifford Geertz), pesquisadores filiados a diversas orientações teóricas inauguraram uma linha de pensamento que, antes de tomar os “conteúdos” da memória como um dado, algo que seria em si e por si mesmo relevante, têm mostrado que a construção das tradições é um processo social complexo, envolvendo ao mesmo tempo aspectos pragmáticos e simbólicos da vida social. Além disso, diversos estudos – inclusive meus próprios – têm alertado para o fato de que a memória, como patrimônio cultural, é parte da cultura pública e resulta de uma complexa relação entre processos psicossociais e políticas culturais, envolvendo embate, conflito e confronto, principalmente em torno da legitimação de marcos simbólicos de lugar e de identidade. E, finalmente, que a interpretação dos sentidos da memória e do patrimônio, múltiplos e contraditórios como são, deve partir do conhecimento das práticas sociais que os constituem, sejam essas práticas institucionalizadas ou não. É este o caso dos mitos, ritos e cenários associados às comemorações de centenários, construções simbólicas que, de uma forma complexa, alimentam a diferenciação de uma área geográfica e geram formas diferenciadas de interpretação e exploração de seus recursos, como ocorreu no caso aqui focalizado.

Aliás, ao construir o balizamento das reflexões que seguem, é oportuno ainda mencionar o livro *Visões do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Hollanda, obra que inspira o enquadramento adotado na construção do objeto deste trabalho. Trata-se de um estudo pioneiro sobre os sentidos que a prática social inscreve no espaço, configurando lugares onde a paisagem geográfica, impregnada pela história, transforma-se em componente

simbolicamente poderoso das práticas sociais, ao lhes conferir referências culturais de *tempo/espço*.

Notas sobre a formação econômica do extremo sul da Bahia

O extremo sul da Bahia corresponde *grosso modo* à região costeira da antiga Capitania de Porto Seguro. Desde o período colonial, o processo de ocupação dessa área teve como metas a extração de recursos naturais (como o pau-brasil), estratégias de controle territorial (como o estabelecimento de entrepostos comerciais no litoral e aldeamentos jesuítas) e a progressiva introdução da cana-de-açúcar, atividade que motivou grandes investimentos e que, ao lado da pecuária, consumiu grandes extensões de mata.

O impacto desse processo sobre os recursos naturais da região não tardou a se tornar visível. Um manifesto de 1886, por exemplo, denuncia que nos engenhos e fornalhas do sul da Bahia “cada carrada de cana requer outra de lenha, assim vindo a suceder que aqueles que não possuem grandes matas não fabricam açúcar”.⁵

A integração do extremo sul a outras regiões do país foi determinada pelo padrão de ocupação territorial gerado pela economia colonial, que tinha os portos como pontos de partida para a formação de núcleos de povoamento e a via marítima como principal meio de comunicação. Na década de 1950, alterou-se o padrão litorâneo de ocupação graças à abertura da BR-101, que induziu a formação de núcleos de povoamento no interior.⁶

O extrativismo predominou no extremo sul até os anos 1970, gerando uma agressiva destruição da Mata Atlântica até as fronteiras de Minas Gerais. Em 1973, a finalização do asfaltamento da BR-101 promoveu definitivamente a integração do extremo sul à economia nacional, acarretando, em função da disponibilidade de terras de baixo valor, intensificação da migração e diversificação dos investimentos.

As sucessivas divisões de municípios originalmente extensos e muito fracamente povoados, a partir de 1950, permitem visualizar este processo de reordenação espacial e reestruturação de relações socioeconômicas, no qual centros econômicos emergentes deslocam a centralidade econômica de Porto Seguro na região.⁷ As antigas vilas de

5 Revista *Época*, 6 de setembro de 1999, p. 41.

6 Prodetur, 1994, p. 49.

7 CAR 1995, Prodetur, 1994.

Eunápolis e Itabela passaram, nas últimas três décadas do século XX, por um rápido processo de crescimento, que culminou com a sua emancipação, respectivamente, dos municípios de Santa Cruz Cabrália (Lei Estadual 4.770, de 12/5/1988) e de Porto Seguro (Lei Estadual 5.000, de 13/6/1989). A sua população cresceu de forma acelerada na década de 80. Observar na Tabela 1 a variação negativa de população de Porto Seguro (-25,14%) e de Cabrália (-86,76%) no período 1980/91, contrastada com o crescimento da população total dos municípios desmembradas, somados dois a dois (Porto Seguro + Itabela = +19,89%) e (Cabrália + Eunápolis = +56,11%).

Tabela 1
População de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália
Variação da população entre 1970 e 1996

	1970	1980	1991	1996	70 / 80		80 / 91		91 / 96	
					Var (%)	Tx Anual (%)	Var (%)	Tx Anual (%)	Var (%)	Tx Anual (%)
Belmonte	21.070	22.556	22.070	19.968	7,05	0,68	-2,15	-0,22	-9,52	-1,00
Porto Seguro	33.108	46.300	34.660	64.957	39,85	3,41	-25,14	-2,85	87,41	6,48
Itabela	--	--	20.848	26.904	--	--	--	--	29,05	2,58
	33.108	46.300	55.508	91.861	39,85	3,41	19,89	1,83	65,49	5,17
Santa Cruz Cabrália	27.171	49.375	6.535	17.334	81,72	6,15	-86,76	-18,31	165,25	10,25
Eunápolis	--	--	70.545	85.982	--	--	--	--	21,88	2,00
	27.171	49.375	77.080	103.316	81,72	6,15	56,11	4,55	34,04	2,97
TOTAL	81.349	118.231	154.658	215.145	45,34	3,81	30,81	2,72	39,11	3,36

Fonte: IBGE – Censo 1991 e Contagem 1996

No período de 1991/96, houve uma aceleração significativa do processo de crescimento da população nos municípios do litoral: Porto Seguro apresenta uma taxa média anual de 6,48%, e Cabrália uma de 10,25%, o que significa, neste último caso, um incremento de 165,25% em 5 anos.

Tabela 2a
Região sul da Bahia
Evolução da taxa de urbanização de 1970 a 1990

	1970	1980	1990
Belmonte	38,4	44,1	49,2
Santa Cruz Cabralia	6,4	3,1	48,9
Porto Seguro	11,0	12,4	67,3
Região sul da Bahia	38,6	43,0	58,0
Estado da Bahia	41,2	49,3	60,1

Fonte: IBGE – Dados dos Censos de 1970, 1980 e 1990

Tabela 2b
Municípios da região sul da Bahia
Evolução da taxa de urbanização de 1990 a 1996

	1990	1996
Ilhéus	64,46	71,20
Itabuna	95,84	97,02
Belmonte	49,21	58,18
Santa Cruz Cabralia	48,92	56,29
Eunápolis	90,07	88,12
Porto Seguro	67,27	80,42
Itabela	65,12	71,57
Prado	42,66	49,24
Itamaraju	69,12	76,53
Caravelas	45,20	50,07
Teixeira de Freitas	86,76	84,08

Fonte: IBGE – Contagem 1996; IBGE – Censo Demográfico 1990

A partir dos anos 70, a população do extremo sul passou a ser predominantemente urbana. Em 1996, as maiores taxas de crescimento urbano foram verificadas em Itabuna (95,84%), Eunápolis (90,07%) e Teixeira de Freitas (86,76%), cidades que se formaram como centros de convergência de serviços e receptoras de mão-de-obra, em função das oportunidades de negócio e emprego que ofereciam.⁸

8 CAR, 1995, p. 27.

Além de intensificar as relações econômicas entre o extremo sul da Bahia e o sudeste do país, a BR-101 favoreceu o desenvolvimento da atividade turística nos municípios litorâneos, os quais, a partir da década de 1970, passaram a atrair população e investimentos específicos. O turismo, assim como a produção de celulose, que também se intensificou no período, confirma uma tendência estrutural de dependência de investimentos externos por parte da economia regional.⁹ Em função do turismo, paralelamente ao crescimento dos novos centros urbanos no interior, há, na última década, uma retomada do crescimento das cidades litorâneas, respaldada por uma intensa e eficiente campanha de *marketing*. Concentrando-se na temática do V Centenário do Descobrimento, uma série de investimentos de vulto vem induzindo o crescimento populacional, com ampliação e mudanças nas atividades do setor terciário e secundário (sobretudo serviços ligados ao turismo).

Este processo é concomitante ao declínio das atividades ligadas à cultura do cacau, em função da queda internacional de preços em 1987 e da disseminação da *vassoura de bruxa* em 1989. Os dados das Tabelas 3 e 4 atestam esse processo, sugerindo uma variação negativa de população (-0,41%) na zona cacauceira, em contraste com uma elevação de 13,07% no extremo sul, que por sua vez é aproximadamente 4 vezes superior ao crescimento da mesorregião sul, como um todo.

Tabela 3
Mesorregião sul da Bahia
Crescimento populacional no período 1991-1996, por sub-regiões

	1991	1996	% 96/91
Baixo Sul	239.625	248.462	3,69
Cacauceira	1.142.189	1.137.465	-0,41
Extremo Sul	533.219	602.903	13,07
Sul da Bahia	1.915.033	1.988.830	3,85
Estado da Bahia	11.867.991	12.743.601	7,38

Fonte: IBGE Contagem 1996/1997; IBGE Dados censitários 1991

9 Prodetur, 1994, p. 50.

Tabela 4

Extremo sul da Bahia

Crescimento populacional no período 1990-1996, por zonas turísticas e municípios

	1990		1996		96/90
	Pop	Pop %	Pop	Pop %	Var %
Extremo Sul	533.219	100,00	602.903	100,00	13,07
Municípios Litorâneos	164.247	30,80	211.449	35,07	28,74
Z.T. Costa do Descobrimento	63.266	11,86	102.259	16,96	61,63
Belmonte	22.070	4,14	19.968	3,31	-9,52
Santa Cruz Cabrália	6.536	1,23	17.334	2,88	165,21
Porto Seguro	34.660	6,50	64.957	10,77	87,41
Z.T. Costa das Baleias	100.981	18,94	109.190	18,12	8,13
Prado	22.631	4,24	24.227	4,02	7,05
Alcobaça	15.411	2,89	15.769	2,62	2,32
Caravelas	19.764	3,71	18.669	3,10	-5,54
Nova Viçosa	25.569	4,80	27.323	4,53	6,86
Mucuri	17.606	3,30	23.202	3,85	31,78
Municípios Interioranos	368.972	69,20	391.454	64,93	6,09
Eunápolis	70.545	13,23	85.982	14,26%	21,88%
Itabela	20.848	4,00	26.904	4,46%	29,05%
Itamaraju	64.308	12,06	62.406	10,35%	-2,96%
Teixeira de Freitas	85.547	16,04	96.512	16,01%	12,82%
Outros municípios	127.724	29,87	119.650	19,85%	-6,32%

Fonte: IBGE Contagem 1996/1997; IBGE Dados censitários 1991

Atualmente, ocorrem no extremo sul diversas iniciativas por parte da população local e de empresário, no sentido de diversificar a produção econômica. Incluem-se nesse processo atividades como a produção de mamão-papaia e a pesca do camarão sete barbas. Essas tentativas são importantes no quadro aqui delineado porque indicam o início de uma busca de caminhos que tornem essa região tanto ambiental quanto economicamente mais equilibrada e menos dependente da monocultura do turismo. Vale lembrar, entretanto, que a consolidação do parque produtor de celulose na região, embora contribuindo para uma diversificação das atividades produtivas, pode produzir impactos importantes do ponto de vista da conservação ambiental, por induzir a substituição da mata por grandes áreas de plantio de matérias-primas.

A zona turística da Costa do Descobrimento

A Bahiatursa, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, deu início a uma reestruturação do turismo no litoral baiano em 1992, por meio do Prodetur – Programa de Desenvolvimento do Turismo. Esse programa delimitou e definiu como prioritárias para aquele estado as *zonas turísticas* da Costa dos Coqueiros e a da Costa do Descobrimento,¹⁰ respectivamente ao norte e ao sul de Salvador. Essa última incluía os chamados *centros turísticos* de Itacaré/Ilhéus, Porto Seguro/Caraíva e Ponta da Baieia/Abrolhos.¹¹

A criação de *centros turísticos integrados*¹² visou particularmente “pontos com maior potencial de recursos naturais, cujas qualidades cênicas apresentam excepcional capacidade de atração para o turismo internacional”¹³. Esse programa acarretou investimentos públicos em infra-estrutura, inclusive a abertura e ampliação de estradas, assim como incentivo a investimentos privados no setor imobiliário (a formação de condomínios residenciais) e no setor hoteleiro (os chamados *hotéis âncora*).

Segundo a concepção implementada pelo Prodetur,

a operação dos Centros Turísticos tem uma estrutura similar à dos *shopping centers*, sendo gerenciada por uma administradora do condomínio, enquanto que a administração e exploração dos hotéis e condomínios residenciais poderá ser realizada por administradores independentes e/ou operadores.

Contempla-se a participação de três tipos de empresas privadas para a construção e comercialização desses empreendimentos: a) grandes incorporadoras de complexos turísticos privados internacionais; b) grandes incorporadoras imobiliárias de *shopping centers*; c) megaempreiteiras ou construtoras.¹⁴

As estratégias para o desenvolvimento turístico do Estado¹⁵ passaram a se orientar pela criação de uma imagem da Bahia que fosse competitiva no mercado internacional

10 Prodetur, 1992, p. 1.

11 Prodetur, 1992, pp. 104-19.

12 Prodetur, 1992, p. 42.

13 Prodetur, 1992, p. 3.

14 Prodetur, 1992, p. 3.

15 “A partir de 1991, a BAHIATURSA adotou uma série de medidas, de forma a tornar a Bahia competitiva

e que atendesse às demandas do mercado (a Bahia como fornecedora de produtos turísticos viáveis, que contemplassem segurança e qualidade). Com estes objetivos, tratou-se de identificar as vocações turísticas de áreas que, sendo, até então, predominantemente agro-pastoris e extrativistas, passaram a receber mega-investimentos dirigidos a obras de infra-estrutura para o turismo e empreendimentos imobiliários de vulto.

Por volta de 1994, detalha-se o zoneamento turístico da Bahia, delimitando áreas menores a partir de temas mercadológicos mais definidos. A então chamada zona turística da Costa do Descobrimento foi assim dividida em quatro segmentos sucessivos: na sub-região do baixo sul, a Costa do Dendê (incluindo os municípios de Valença, Taperoá, Cairú, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamú e Maraú), na Cacaucira, a Costa do Cacau (Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras), e, no extremo sul, a Costa do Descobrimento (Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro) e a Costa das Baleias (Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri).

O conceito de centro turístico integrado utilizado por aquele programa tem “o meio natural como atração principal e visa a concentração de turistas sem massificação”, trazendo a baixa densidade de ocupação como diferencial com relação a outros complexos como os do Caribe e do México.¹⁶ O zoneamento de uso do solo dos complexos turísticos prevê, além de zonas de *resorts* e de *residential service*, três zonas de particular interesse para a presente reflexão: *zona de lazer e esportes*, incluindo *parque temático*; *cinturão verde*, com a finalidade explícita de proteger o centro turístico por uma barreira de vegetação densa; e *vila turística*, planejada com o intuito de aproximar os turistas de serviços e da cultura local, com distâncias nunca superiores a 4km do *resort*.

Dessa ótica, o desenvolvimento do turismo depende da conservação de atrativos naturais e culturais, entendidos como “matérias-primas fundamentais para a existência de um ciclo econômico”.¹⁷ Estabelece-se assim uma demanda de mercado pela criação de monumentos históricos, parques temáticos e áreas especialmente protegidas. Especificamente em relação à Costa do Descobrimento, aquele documento menciona – entre outras obras/unidades existentes ou a serem criadas – o Parque Temático de Coroa

no mercado internacional. Entre elas, realizou campanhas promocionais intensivas nos principais mercados emissores nacionais e internacionais, com ênfase no mercado argentino. No período 1991-1993, foram investidos 23 milhões de dólares” (Codetur, cap. IV, 1997).

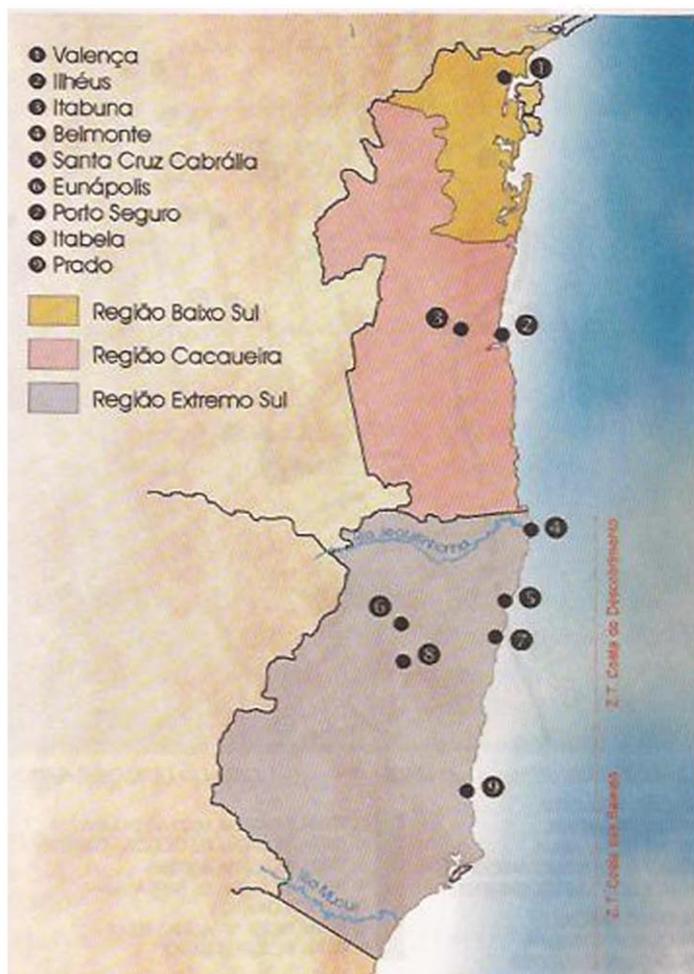
16 Codetur, 1997, cap. VI.

17 Codetur, 1997, cap. VII.

Vermelha, no Complexo Turístico de Coroa Vermelha, e duas Áreas de Proteção Ambiental estaduais recentemente criadas: a de Coroa Vermelha (Decreto 2.184, de 8/6/1993) e a de Caraíva/Trancoso (Decreto 2.215, de 15/6/93). Este pode ser considerado um projeto ancestral do Museu Aberto do Descobrimento, empreendimento de que tratarei a seguir.

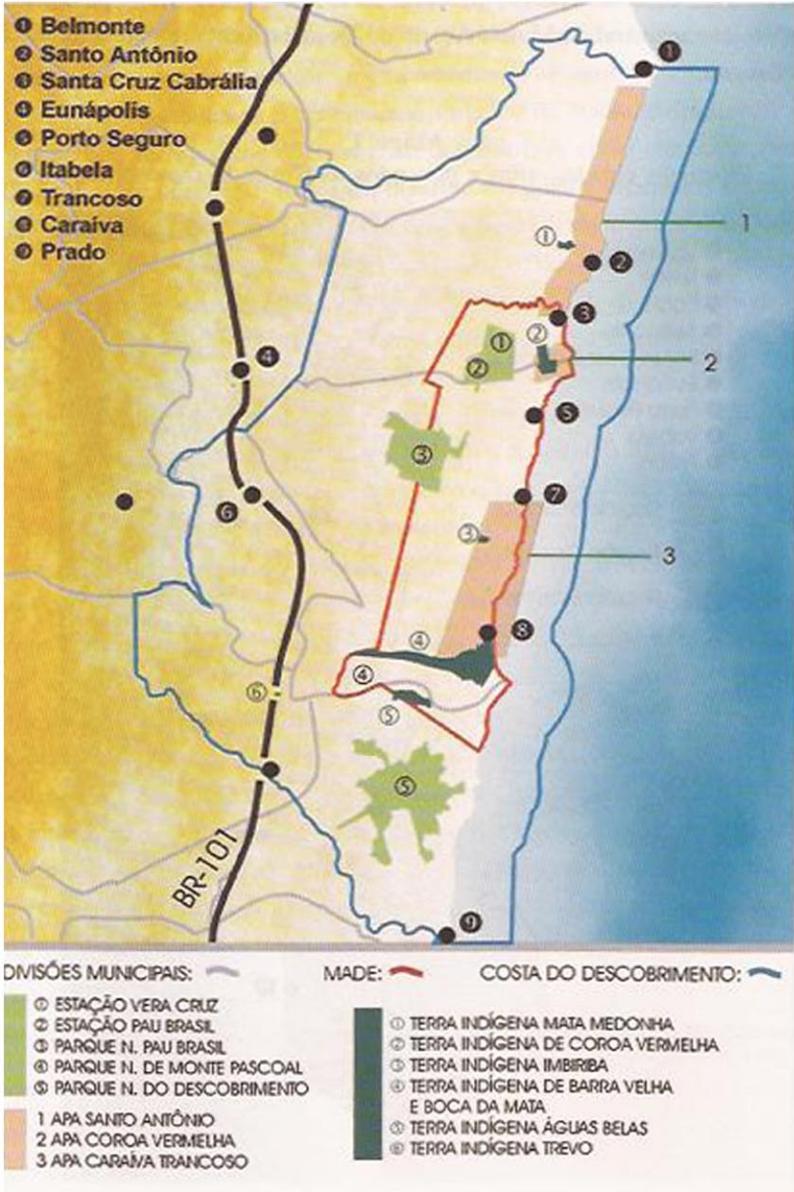
Mapa 1

Principais cidades, vilas e povoados na Costa do Descobrimento



Mapa 2

Terras indígenas e áreas especialmente protegidas no Extremo Sul da Bahia



O Museu Aberto do Descobrimento

O Museu Aberto do Descobrimento (Made) foi criado por meio do Decreto Federal 1874, de 22/4/1996, com base na iniciativa de uma entidade privada, a Fundação Quadrilátero do Descobrimento, que em 1993 propunha – nos moldes do Prodetur – a criação de um “parque temático, pensado como um grande cenário da civilização brasileira e das outras culturas de língua portuguesa ou que sofreram a sua influência”. Segundo aquela proposta, a área abrangeria 500km², com 52km de praias entre os rios Caraíva e Buranhém, formando o que se descreve como *um grande salão de exposição ao ar livre onde as peças principais* seriam as vilas de Caraíva, Trancoso, Arraial d’Aju-da e a cidade de Porto Seguro¹⁸.

De acordo com a minuta de plano diretor¹⁹, que foi o principal documento de referência utilizado nas poucas reuniões públicas que se fizeram sobre o assunto,

se por um lado se pretende fundamentalmente a preservação da identidade física do território e dos testemunhos históricos existentes, a proposta original visa ainda investimentos de ordem cultural

e a implantação, prevista para se efetivar até o ano 2000 das seguintes *obras prioritárias*:²⁰

- APA – Espaço do Primeiro Contato, na foz do rio Caí, município de Prado.
- Marco Oceânico do Avistamento no Mar, na direção do Monte Pascoal.
- Parque Nacional de Monte Pascoal, faixa que se prolonga do litoral ao interior, entre os rios Caraíva e Corumbau.

- APA – Projeto Quadrilátero do Descobrimento, abarcando a faixa litorânea entre o rio Caraíva e o Buranhém e abrangendo os seguintes empreendimentos: Pólo Ecológico da Mata Atlântica, Museu Pero Vaz Caminha, Museu da Língua Portuguesa, Memorial Portugal, Memorial Brasil, Centro de Referência da Cultura Indígena, Museu da Companhia de Jesus, Centro de Referência da Cultura Negra e Pólo Ecológico Marinho.

Esse projeto – em sua formulação inicial – mostrou-se inviável em função do forte impacto que provocaria sobre os modos de vida de uma população de aproximadamente 60.000 pessoas e por recobrir uma série de unidades jurídico-administrativas diferencia-

18 Fundação Quadrilátero do Descobrimento. *Museu Aberto do Descobrimento: o Brasil renasce onde nasce*. São Paulo, Gráficos Burity, 1994.

19 Projeto elaborado pelos arquitetos Maria Elisa Costa e Paulo Jobim.

20 M. E. Costa, 1997, p. 2.

das (municípios, distritos e terras indígenas)²¹ e de áreas de interesse ambiental e patrimonial especialmente protegidas em nível federal, estadual e municipal. Não obstante essas dificuldades, a ação de órgãos como o Iphan, o Ibama e a Funai, numa tensa interlocução com organizações da sociedade civil (entidades socioambientais, indigenistas, culturais e científicas), colocou em marcha a criação do Made, como uma realidade distinta da que se tinha inicialmente o propósito de criar, mas que conservou dela a mesma leitura temática do espaço, ancorada na referência histórica fundadora.

A cultura/cultivo do turismo

A região de Porto Seguro, mais recentemente designada Costa do Descobrimento, vem sendo constituída simbólica e discursivamente, desde o desembarque da expedição de Pedro Álvares Cabral, como o lugar da fundação do Brasil como território e como nação. O Museu Aberto do Descobrimento, iniciativa mais recente nesse sentido, abarca a maior parte dessa área, estruturando-a simbolicamente a partir da narrativa de Pero Vaz de Caminha.

Esse lugar é hoje oferecido aos visitantes e aos investidores como um conjunto de atrativos (paisagens-monumentos, edificações de valor excepcional, conjuntos urbanos e modos de vida) que testemunhariam aquele episódio, ambientados por versões suaves e glamourizadas de aspectos diferenciados da cultura regional. Nesse mesmo processo de construção cultural, o re-descobrimento do Brasil ganha complexa expressão vernácula e de mercado. O tema e seus símbolos são criados, recriados por especialistas e se popularizam, passando a fazer parte de uma cultura compartilhada por nativos e turistas vindos dos mais variados lugares do país e do planeta. Nesse processo de contato cultural e fusão, têm papel fundamental tanto a linguagem promocional do turismo e dos empreendimentos imobiliários quanto a veiculação de inúmeras reportagens jornalísticas e televisivas que cada vez mais focalizam a área, seus habitantes e seus visitantes, sejam eles mochileiros, pacoteiros ou *rich and famous socialites*. Despontam por toda parte, principalmente em Porto Seguro e em Santa Cruz Cabrália, projetos arquitetônicos e artísticos, placas, anúncios, objetos de uso, pinturas murais e lembranças que realimentam e re-elaboram esse rico filão, indicando a vitalidade e o amplo interesse social despertado pelo tema.

21 Além de Caraíva, Trancoso, Arraial d'Ajuda e Porto Seguro, a área abrangia outros dois núcleos urbanos (Vale Verde e Santa Cruz Cabrália) e as terras indígenas Pataxó de Barra Velha, Águas Belas, Corumbauzinho, Aldeia Velha, Coroa Vermelha e Mata Medonha, que incluem as aldeias de Barra Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Imbiriba e Trevo do Parque.



Projeto Memorial do Encontro. arquiteto Wilson Reis.

Entretanto, a quase unanimidade existente na área e fora dela quanto à importância excepcional desse acervo de bens culturais não está ancorada no consenso. Ela abriga, de fato, importantes interesses e estratégias em conflito. Há disputas entre cidades e municípios por visitantes e visibilidade perante os investidores e operadores turísticos, assim como pelos investimentos públicos de infra-estrutura que induzam tais investimentos.²² Há disputas entre as agências governamentais e a população local, em razão de iniciativas que desconhecem características importantes dos modos de vida instalados na área, como no caso da demarcação das terras Pataxó e do equacionamento da sustentabilidade de inúmeros empreendimentos. Há disputas entre os órgãos públicos de defesa do patrimônio ambiental e cultural e os que promovem a execução das transformações de infra-estrutura e abertura de estradas de rodagem.

As mudanças em curso são fortemente indutoras de um adensamento de população e de degradação da área. Apesar de estudos e relatórios técnicos, muitas obras estão sendo realizadas sem a implementação das medidas mitigadoras recomendadas e sem discussão com a população envolvida, o que indica a plena vigência de um estilo autoritário de gestão pública, orientado por interesses e valores privados. Esse quadro gera, em toda a área, um emaranhado de formas conflitantes de apropriação prática e simbólica do espaço. Efetivamente, a falta de coerência entre os vários níveis de governo e o precário diálogo com a população local estruturam socialmente o Museu Aberto do Descobrimento como uma arena onde prevalecem interesses em conflito e onde os negócios consagram predominantemente uma visão imediatista e socialmente limitada. Essa arena deixa de reconhecer, por exemplo, que a condição de viabilidade a médio e longo prazo (ou seja, a sustentabilidade) desses mesmos planos e projetos comerciais depende de que as atividades incentivadas gerem, além de bons negócios, o bem-estar da população. Sem qualidade ambiental e sem qualidade de vida para a população residente, a incômoda pobreza dificilmente deixará de crescer e estar também à mostra nessa vistosa vitrine da brasilidade.

O crescimento do turismo em toda a região sul da Bahia e em particular na região do Museu Aberto do Descobrimento apresenta uma das taxas mais elevadas de todo o

22 Exemplos são os protestos da prefeitura de Prado em relação à colocação de um único portal simbólico de acesso ao Made na estrada Eunápolis/Porto Seguro e não naquele município, o que segundo os seus porta-vozes contribuiria para reforçar a centralidade de Porto Seguro em toda a região. Assim também, ela tem protestado pelo fato do programa comemorativo do V Centenário não destacar convenientemente o Monte Pascoal e o Rio Caf, referências e atrativos localizados naquele município.

estado. Esta tendência pode ser aferida pelo crescimento no número de leitos disponíveis nos hotéis e nas pousadas aí localizados, conforme indicam os dados apresentados a seguir:

Tabela 5
Estado da Bahia
Evolução da capacidade de hospedagem – 1980-1993

Região	Leitos 1980	Leitos 1993	Taxa anual de crescimento %
Salvador	9.600	15.170	4,46
Entorno metropolitano/ Litoral norte	800	5.760	47,69
Sul / Litoral Sul	3.300	29.929	62,07
Chapada Diamantina	200	2.904	65,54
Outras regiões	2.000	8.447	24,80
TOTAL	15.900	62.210	21,92

Fonte: Codetur (1997: cap. IV, quadro 5)

Tabela 6
Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália
Capacidade de hospedagem em 1994

Hospedagem	Porto Seguro	Santa Cruz Cabrália
Leitos hoteleiros	12720	1609
Aparts	830	102
Áreas de camping	9	2
Residências secundárias	5357	1359
Pensões	3725	753

Fonte: Codetur (1997, p. 39)

Além do significativo aumento de leitos no litoral sul, em termos absolutos (26.629 leitos em 13 anos) e relativos (crescimento de 62,07% ao ano), a Tabela 5 indica a importância dessa região onde, em 1993, concentravam-se 49% dos leitos de todo o estado da Bahia. Considerando que o turismo na Costa do Descobrimento tem como principal – e quase absoluto – centro de gravitação a cidade de Porto Seguro, o crescimento observado torna-se ainda mais significativo pela concentração em um pólo que continua pouco estruturado e carecendo de um plano diretor.

Como bem observa Toffani (1996, p. 9), o nome Porto Seguro – dada a importância dessa localidade para o turismo regional – inclui áreas externas aos limites municipais ao mesmo tempo que não engloba todas as vilas e os povoados que a rigor fazem parte do município. O primeiro aspecto fica evidente pela análise dos pacotes turísticos que incluem atrativos a que se pode ter acesso a partir de Porto Seguro. Por outro lado, considerado o próprio município, é notório o apagamento de localidades sem atrativos turísticos ou cuja visibilidade produziria impacto negativo sobre a imagem do *produto* Porto Seguro, como ocorre com bairros populares como o Bahianão, a Invasão e outros localizados nas não tão distantes periferias dessa cidade, bem como de Trancoso e Arraial d'Ajuda. Esse é um claro indício de que está em curso a formação de um processo de exclusão social, em que os benefícios do turismo seriam apenas acessíveis àquelas porções da cidade e da população diretamente envolvidas com essa atividade.

Esse problema não ocorre apenas em Porto Seguro. Segundo estudo realizado pelo Codetur (1997, p. 10), o modelo aí implantado acompanha a tendência mais global à “descentralização da atividade turística” e o aumento de demanda por lugares exóticos, “dissociados da experiência cotidiana do cidadão”, numa “divisão internacional do mercado turístico” entre as “metrópoles” e os países “periféricos”, na qual aos segundos caberia o papel de fornecedores de lazer voltados para os recursos naturais. Ou seja, aqui – como em outras partes do mundo – recursos naturais e patrimônio histórico-cultural são conceituados como matérias-primas do processo de produção do turismo. Uma distinção deve ser feita, entretanto, para entender o que é específico da situação terceiro-mundista aqui analisada. É que o turismo em paisagens *exóticas* tem duas exigências. Por um lado, ele depende da concepção de projetos arquitetônicos e paisagísticos que visualmente compatibilizem as paisagens de sonho para o consumo visual dos turistas com a carência material dominante na paisagem real. E, por outro, ele implica a formulação de políticas que propiciem a construção de formas viáveis de convivência entre a população pobre local e os frequentadores *rich and famous* de *resorts*, *residence services*, etc.

As soluções preconizadas pelo modelo focalizado, dada a falta de diálogo com a população real e a inexistência de plano diretor, contribuem decisivamente para a transformação dessas áreas turísticas não em *parques temáticos*, mas em *enclaves* que estarão sendo não *emoldurados paisagisticamente* mas *protegidos* pelas *barreiras de vegetação densa* preconizadas pelo Prodetur. Como ocorre frequentemente, as fronteiras sociais de tais sítios tendem a se militarizar pela adição de portarias, documentos e rituais de

identificação, além de pesados e vistosos sistemas de segurança privados. Aqui, como alhures, o reverso da falta de sustentabilidade é a truculência.

Comentando sobre as relações entre o turismo e a urbanização, um recente estudo²³ lembra que tem prevalecido no Brasil uma “concepção expropriativa no meio empresarial”, ou seja, a proliferação de loteamentos sem infra-estrutura, a inexistência de controle da alta densidade de ocupação dos lotes, negócios informais, o crescimento desordenado e de difícil gestão, a formação de associações comerciais/empresariais com caráter patrimonialista de defesa de privilégios.

A resistência de um padrão de exploração de recursos, que se inicia no ciclo do pau-brasil e se reproduz ao longo dos anos com a cultura cacauceira, parece permanecer em atividade no turismo da região, face aos aspectos imediatistas, individualistas e patrimonialistas que emergem da falta de um planejamento integrado e de longo prazo e de um senso profissional corporativo.²⁴

Assim como o crescimento desordenado deteriora as características que fazem das pequenas vilas da Costa do Descobrimento algo caro aos moradores e de interesse para os visitantes, o desrespeito aos limites impostos pela capacidade de sustentação dos Centros Históricos e das praias destrói o patrimônio paisagístico e ambiental imprescindível para a exploração do turismo a longo prazo.²⁵ O que se observa é que, por falta de planejamento, localidades que até recentemente eram – como ainda hoje são, fora de temporada – ambientes propícios a uma vida tranqüila, ao repouso, à reflexão e à contemplação da paisagem – inclusive a do Descobrimento – tornam-se rapidamente reféns do comércio ambulante de todo tipo de bugigangas, de drogas, do álcool, da poluição sonora e da prostituição adulta e infantil de ambos os sexos.

23 Codetur, 1997, p. 27.

24 Codetur, 1997, p. 28.

25 No caso das praias da Costa do Descobrimento, a Urplan recomenda no máximo de 6m² por banhista e prognostica que, se não houver controle da migração e planejamento, no ano de 2015 ela será de aproximadamente 2m² por banhista, tornando-se mais baixa do que a atualmente existente em Copacabana!

Tabela 7
Zona turística da Costa do Descobrimento
População, área e densidade – 1996

	População	Área (km ²)	Dens. (hab/ km ²)
Estado da Bahia	12.541.675	567.295	22,1
Mesorregião Sul da Bahia	1.989.386	55.933	35,6
Sub-região extremo sul	602.903	30.420	19,8
Z.T. Costa do Descobrimento	102.259	5.989	17,1
Belmonte	19.968	2.017	9,9
Santa Cruz Cabrália	17.334	1.556	11,1
Porto Seguro	64.957	2.416	26,9

Fonte: IBGE 1996

Depois de 1994/95, tem havido importantes mudanças no perfil de turistas que demandam Porto Seguro. A viagem independente por via rodoviária e a hospedagem em pequenos hotéis e pousadas, que era predominante há menos de 10 anos, foi substituída por vôos *charter* associados a pacotes que incluem cama, comida e passeios contratados em agências que trabalham com operadoras localizadas em outras praças comerciais (principalmente em São Paulo e em Minas Gerais) para onde se remete a parte mais substancial do lucro gerado por esses empreendimentos.

Segundo a Bahiatursa, o turista que vai a Porto Seguro busca, em ordem decrescente de importância, atrativos naturais, patrimônio histórico-cultural e manifestações populares. O que o desagrada é a falta de limpeza pública, o abandono da cidade e o trânsito congestionado.²⁶ O descompasso entre o que o turista busca e o que ele realmente recebe pelo que paga é o que, em síntese, caracteriza a atual situação da área do ponto de vista do turismo.

Do ponto de vista social mais amplo, o que sobressai é a concentração de riqueza em pequenas ilhas, ao mesmo tempo que a pobreza se expande nas invasões e bairros populares, à espreita de uma oportunidade de trabalho ou de pequenos negócios que permitam sobreviver a curtíssimo prazo.

O planejamento urbano assim como a diversificação da oferta para evitar a concentração da demanda sobre os mesmos recursos, em determinadas épocas e lugares,

²⁶ Codetur, 1997, p. 23.

são princípios a serem obedecidos para que o turismo na Costa do Descobrimento se torne uma atividade ambientalmente sustentável. Mas, para tanto, é imprescindível que certas exigências sociais também sejam atendidas. Isto ficará claro na reflexão que se segue, quando serão consideradas, em maior aproximação, as tendências que se configuram atualmente no município de Santa Cruz Cabrália, por conta das comemorações do V Centenário.

Santa Cruz Cabrália: a terra dos bons negócios!

Desde o seu desmembramento de Porto Seguro, em 1832, Cabrália passou por períodos de prosperidade e declínio. Tornou-se município em 1933, recebeu sua designação atual (Santa Cruz Cabrália) em 1935 e foi elevada à categoria de cidade em 1938. Eunápolis, núcleo onde se concentrou nos últimos 50 anos a maior parte da população urbana de Cabrália, formou-se como vila desse município, do qual se emancipou em 1988. O seu dinamismo absorveu os recursos e as atenções da administração municipal a tal ponto que a sua emancipação foi interpretada como causadora do esvaziamento da cidade e a antiga sede ficou à margem da economia regional até muito recentemente, quando passou a integrar o processo aqui focalizado.²⁷

O ressurgimento de Cabrália na última década do século XX dependeu direta e exclusivamente do turismo e dos negócios imobiliários que re-descobriram o município por conta de sua qualidade ambiental e paisagística, associada a um acesso fácil, a partir de Porto Seguro. Desde o início dos anos 90, uma série de iniciativas induziu a progressiva absorção dessa área pelo turismo²⁸ num processo que se intensificou de tal forma que, atualmente, o binário urbano Porto Seguro/Santa Cruz Cabrália concentra 83% da população fixa e 71% dos leitos turísticos da Costa do Descobrimento.²⁹ É bem verdade que a grande maioria dessa população se hospeda em Porto Seguro, mas é também verdade que os pacotes de visita a Cabrália e a Coroa Vermelha por um dia são extremamente populares e levam diariamente hordas de pacoteiros para esse município. Consciente desse fato, a atual administração municipal, em consonância com o

27 Ver Tabela 3.

28 Toffani, Frederico de Paula. *The challenges of sustainable development in coastal settings under of tourism: the case of Porto Seguro in southern Bahia, Brasil*, 2 v., 1996, p. 161 e p. 251.

29 Urplan, 1997, p. 4.

Prodetur, passou a buscar meios de controlar essa tendência que se afigura como predadora. Na década de 1990, a ação muitas vezes conflitante de organizações não-governamentais, instituições públicas e iniciativas de empresários que identificam na proteção ao meio-ambiente e ao patrimônio cultural recursos rentáveis, transformou grande parte da superfície de Cabrália em uma complexa superposição de áreas especialmente protegidas, entremeadas de manchas de ocupação onde claramente se transgridem as normas de proteção teoricamente vigentes, inexistindo um plano diretor que articule coerentemente e torne governáveis todas essas iniciativas. No município foram criadas as seguintes áreas protegidas:

– Tombamento do centro histórico de Santa Cruz Cabrália e do sítio histórico de Coroa Vermelha (29 de janeiro de 1981).

– Área urbana e de expansão urbana do município (Lei Municipal 20, de 13 de dezembro de 1990).

– Área de Proteção Ambiental de Coroa Vermelha (Decreto Estadual 2184, de 7 de junho de 1993).

– Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio (Decreto Estadual 3413, de 31 de agosto de 1994).

– Terra Indígena de Coroa Vermelha (demarcação homologada pelo Presidente da República a 9 de julho de 1998).

Um diagnóstico feito em 1996 aponta os seguintes conflitos entre os empreendimentos imobiliários e turísticos praticados em Cabrália e a legislação de proteção ambiental e patrimonial:

ocupação indiscriminada, causando aumento do lixo, falta de saneamento e descaracterização; não existem mais no município terras para aforamento; invasão em todas as áreas de mangue; no bairro Tânia existe implantação de loteamento popular; construção em alvenaria de tijolo dentro dos 33m da preamar; grandes barracas de praia com infra-estrutura total; destruição das matas ao redor da sede, pelos sem-terra.³⁰

O crescimento populacional que vem se dando desde a década de 70 não foi acompanhado pela ampliação correspondente de serviços públicos e pela criação da necessária

30 Além desses problemas, a *Base de dados para o Perfil Sócio-Econômico do Município de Santa Cruz Cabrália* (CAR, 1996) menciona “a questão indígena” e o fato de “1/3 do município pertencer à Construtora Norberto Odebrecht” como problemas que agravam a questão sócio-ambiental no município.

infra-estrutura urbana. Os problemas decorrentes de um crescimento desordenado da população do município e da região se agravaram na década de 90, pois, segundo levantamentos, sabe-se que a migração acrescenta aproximadamente 14.000 habitantes por ano à população de toda a Costa do Descobrimento.³¹ Com a preocupação de não degradar a qualidade de Cabralia como destino turístico e de não aumentar a sua atratividade como destino migratório, a Urplan recomendou em 1997 uma urgente intervenção no sentido de inibir o fluxo migratório e gerar empregos, considerando uma demanda decorrente do crescimento vegetativo do aumento de 2,8% ao ano (cerca de 180 novos empregos/ano) e do migratório de 20% ao ano (360 novos empregos/ano, até 2002).³²

O estado de saúde da população, de modo geral, se caracteriza pela desnutrição, acompanhada de doenças como a verminose, diarreia, leishmaniose, hipertensão arterial, hanseníase e tuberculose, muitas delas vinculadas a condições de saneamento e água contaminada. O lixo é uma constante na paisagem do Descobrimento, tanto na forma de grandes amontoados, como na de plásticos e vasilhames – quase sempre de bebida – dispersos em toda parte. Os restos e as conseqüências de sua má administração para a saúde pública e para o prazer do visitante – sobretudo os de maior poder econômico – estão entre os principais problemas a serem enfrentados pelas localidades que apostam no turismo como vetor de desenvolvimento.

Do ponto de vista da economia e, em particular, do turismo, a singularidade de Cabralia vem sendo construída desde a criação do Prodetur, no início da década de 1990. Esse programa já definia a porção de terra ao sul do centro histórico como Parque Temático de Coroa Vermelha, delimitando-a pelos rios Mutarí e dos Mangues. O plano de manejo da APA substitui o polêmico adjetivo *temático* por *histórico*, ao denominar a área Parque Histórico de Coroa Vermelha. Segundo aquela proposta, nesse *complexo turístico* “seriam integradas as aldeias indígenas, com 13 reproduções de caravelas, encenação da primeira missa e mercado de produtos indígenas”.³³ Como ocorria em toda a Costa do Descobrimento, era prevista a instalação de *resorts*, *residential service* e equipamentos de lazer nas falésias e manguesais existentes na área.

31 Relatório técnico institucional, 1997, pp. 4-5.

32 Urplan, 1997, pp. 28-9.

33 Prodetur, 1992.

Na fase inicial desse programa (de 1991 a 1993), o governo do estado teria investido US\$ 271 milhões em melhoramentos de infra-estrutura nas áreas de interesse turístico da Bahia e estimavam-se para os anos subseqüentes recursos da ordem de US\$ 337 milhões para obras do setor público. A metade dos recursos previstos seriam provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento e esses investimentos, associados a uma política de incentivos fiscais e financeiros do governo do estado, estimulariam empreendimentos por parte daqueles que buscam “a oportunidade de investir na Terra dos Bons Negócios”, frase que apresenta o município nos folhetos promocionais.³⁴

O governo estadual já teria investido, até o início de 1999, mais de 140 milhões de dólares do BID na infra-estrutura urbana da Costa do Descobrimento. Em Cabrália, a grande prioridade na utilização desses recursos é o chamado Projeto Orla, interligado e complementado pelo do Memorial do Encontro, que seria implantado em Coroa Vermelha. Documento datado de 4 de abril de 1997, denominado *Projeto Orla: Santa Cruz Cabrália*, e que orienta as ações da prefeitura e dos empreendimentos no município, é um híbrido de Plano Diretor e de *marketing*: “este Plano criará um *produto* Cabrália de tal forma elaborado, que será de consumo fácil, crescente e garantido, uma vez que a qualidade e a utilidade se encontra em todos os seus aspectos”.

O plano geral deste empreendimento incluía: Portal da Cidade e Centro Empresarial Turístico com receptivo e centro empresarial propriamente dito; Parque Histórico de Coroa Vermelha; Caminho Histórico do Descobrimento, interligando os sítios da primeira e da segunda missas rezadas no Brasil; Terminal Rodoviário; Centro Administrativo (incluindo fórum, cartório e a nova sede da Prefeitura); Clube Náutico e Museu de Arqueologia Marinha; Clube de Pesca; Mercado Municipal; Parque Burle Marx, incluindo também área para eventos; equipamento para transporte náutico-turístico, incluindo ampliação do cais (existente), rampa de atracação da balsa e passeio (existente); pequena marina para barcos de passeio; embarque e desembarque de escunas; atracadouro para barcos de pesca e escadaria para a cidade histórica.

Parte executadas, parte em projeto e em parte desejo, as obras que ocupam a administração municipal puseram obviamente em movimento um processo de grandes transformações urbanas.

O turismo em Cabrália depende da demanda de Porto Seguro e, neste caso, o movimento de hotéis não é importante.

34 *Oportunidades de investimentos*. Codetur, Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, s/d.

Na alta temporada recebemos 2.000 turistas/dia, com permanência de menos de 24 horas: são visitantes que consomem. O pacote de Porto Seguro é vendido com dois dias de Cabralia: é o *citytour* de Coroa Vermelha e o passeio de Coroa Alta (Parque de Preservação Marinha) utilizando as escunas e um volume muito grande de comida.

Havia, em 1996, um total de 70 restaurantes, 52 cabanas de praia e 27 bares e lanchonetes em funcionamento no município. Em termos de serviços turísticos, há 66 locadoras de embarcações de vários tipos, oito operadoras e agências de viagem e seis locadoras de veículos. Merece destaque a venda de artesanato, atividade a que se dedicam 26 estabelecimentos.

Há preocupação em diferenciar a oferta turística de Cabralia em contraste com Porto Seguro. “O turista que quiser ver o axé aproveita o lazer de Porto Seguro; aqui é diferente.” Entre as opções diferenciadas que a prefeitura pretende incrementar incluem-se o turismo histórico, religioso e o ecoturismo, segmentos que dependem diretamente do sítio de Coroa Vermelha e dos índios Pataxó aí residentes, através dos quais se pretendeu construir para Cabralia um diferencial de *marketing*.

Coroa Vermelha: a diferença incômoda

Do ponto de vista sociológico, Coroa Vermelha pode ser interpretada como um complexo sistema de relações e conflitos interétnicos envolvendo, além dos pataxó, os chamados *nativos* (não-índios residentes na área há várias gerações), *gringos* estrangeiros ou nacionais, *turistas* residentes temporários ou visitantes e inúmeros agentes de empresas, organizações governamentais e não-governamentais que vêm crescentemente assediando a população indígena por conta da visibilidade que esse lugar e seus habitantes ganharam em face dos preparativos para as comemorações dos 500 anos do Descobrimento. O eixo da problemática em torno da qual esse conjunto de forças se estrutura – em termos espaciais, políticos e comerciais – é a posse e usufruto pela comunidade indígena pataxó de uma área de 77,21 hectares (a Gleba A da Terra Indígena de Coroa Vermelha), que é juridicamente um híbrido de *bem do patrimônio histórico nacional* e *Terra Indígena*.

As principais atividades econômicas em Coroa Vermelha são a venda de artesanato indígena, o comércio de bebidas e comida para turistas e pequenos negócios para o abastecimento (padaria, açougue, farmácia, mercearia, etc.) que, até a extrusão ocorrida no final de 1999, somava-se ao comércio de produtos artesanais e semi-industriais feito

por não-índios. Parece haver um número significativo de residentes trabalhando em Porto Seguro, nos hotéis e barracas de praia. Nas proximidades da área, há dois hotéis e algumas pousadas, além de casas de veraneio para uso dos proprietários e para aluguel.

Segundo a prefeitura,

atualmente os benefícios do turismo [em Coroa Vermelha] são muito pequenos e os prejuízos muito grandes. A quantidade de lixo é muito grande. O artesanato é misturado. O turista se sente perturbado sentindo aquela miscigenação. Quem visita Coroa Vermelha não se hospeda lá.

Em síntese, dizem autoridades municipais:

Coroa Vermelha é uma favela, é uma vergonha! Precisamos preparar Cabralia à altura, para que no ano 2000 possa receber os visitantes que vão chegar aqui! As pessoas estão morrendo af dentro de doença.

A estas condições de vida soma-se toda uma série de conflitos mal-resolvidos com o poder local e com especuladores.

O principal investimento planejado no contexto do V Centenário para Coroa Vermelha foi o chamado *Memorial do Encontro*, projeto arquitetônico e urbanístico de Wilson Reis que visava a construção de um museu, uma área comercial e um monumento comemorativo. De um modo geral, a população envolvida tinha expectativas bastante positivas em relação a este e outros investimentos que se planejaram em função das comemorações. Em primeiro lugar, eles poderiam tornar viável a extrusão da população não-indígena, que se encontrava pendente desde a homologação da demarcação de Coroa Vermelha como terra indígena, em 1998. Além disso, poderiam melhorar as condições de vida na aldeia e a sua infra-estrutura urbana, bem como as condições de atendimento dos turistas e visitantes.

Contudo, o projeto que efetivamente se pretendeu implantar foi motivo de muito protesto por parte dos próprios pataxós e de organizações indigenistas, ambientalistas e profissionais, tornando-se objeto de críticas e sérias restrições técnicas.³⁵ Como resultado dessas pressões, foram revistos os fundamentos do projeto original, e as obras que se efetivaram, atendendo às restrições e orientações feitas pelos órgãos reponsáveis pela

35 Simbios. EIA-RIMA do projeto Memorial do Encontro. Brasília, 1999.

defesa do patrimônio cultural, histórico e ambiental, passaram a atender, pelo menos parcialmente, as reivindicações dos Pataxós.

A complexa problemática dos pataxós em Coroa Vermelha interessa basicamente a estas reflexões como episódio de política cultural. Desse ponto de vista, é relevante para este estudo o fato de que a musealização do sítio histórico cria uma situação na qual eles são chamados a atuar segundo um *script* – inscrito nos projetos arquitetônico, paisagístico e museológico – que, principalmente de início, estava longe de ser compartilhado por todas as partes envolvidas. E isto não tanto porque os pataxós reivindicassem simplesmente o acerto de contas de uma dívida histórica com o *lado branco* da sociedade brasileira. Duas outras razões foram e são importantes para se compreender a crise conflagrada em Coroa Vermelha.

Primeiro, determinados temas – como as disputas pela posse da terra, a origem do povo pataxó e sua dispersão na área, a sua condição de marginalidade em relação à vida social e à economia regionais – alimentam preconceitos e disputas de base étnica abertamente tensos na região de Porto Seguro. Nesse contexto, as posições dos atores sociais envolvidos (índios e não-índios) estão longe de serem respaldadas localmente por um sistema estável de relações interétnicas, regido por normas, sanções e expectativas claras. Pelo contrário, uma base social e política movediça constitui e nega identidades, contribuindo para solapar no cotidiano a auto-estima e o reconhecimento público dos pataxós como integrantes de grupo social e sujeitos de direito diferenciados.³⁶

Segundo, os pataxós são *índios reais*, inseridos – como qualquer grupo humano – em circunstâncias particulares e possuindo interesses próprios. Este fato entra em choque com o *script* do parque temático dos 500 anos, que lhes atribui o papel de *índios genéricos*, como se eles fossem manifestação de uma condição social abstrata ou a encarnação de uma das três categorias criadas pelo mito das raças formadoras do povo brasileiro. Essa concepção singular, aliás, que lhes atribui a condição de serem a um

36 A propósito deste tema, é ilustrativa a matéria publicada pelo jornal *O Globo* em sua edição de 31 de dezembro de 1999, que teve como resposta uma manifestação dos antropólogos da Universidade Federal da Bahia, da qual reproduzo a seguinte passagem: "o argumento central presente na matéria (...) parece ser o de que os Pataxós não teriam direito às terras que efetivamente ocupam no Sítio Histórico de Coroa Vermelha por estarem ali desde o início da década de 70 e não desde 1500". Este argumento é plenamente contestado pelos pesquisadores com base nos estudos antropológicos e nos fundamentos jurídicos da questão: "Ao chegarem a Coroa Vermelha, (...) aí construíram uma tradição própria baseada, inclusive, no diálogo cultural com a sociedade nacional em torno de 'temas' como o artesanato indígena e o imaginário nacional sobre o episódio do descobrimento. É precisamente nisto que se baseia o direito pataxó às terras (...)".

só tempo índios genéricos e reais, é constitutiva tanto da particularidade jurídica do seu território, que é definido pela lei como *terra indígena* (portanto pertencente a um grupo etnicamente diferenciado) e *bem do patrimônio nacional* (portanto do interesse de toda a nação), quanto dos problemas políticos decorrentes desse fato. Nessa dupla trama e acirrado assédio que sintetizam o drama da condição indígena no Brasil como um todo, os pataxós tecem a sua localmente questionada identidade social.

Turismo: a monocultura deste final de século

Não só Coroa Vermelha mas todo o município de Cabralia e grande parte de Porto Seguro estão sendo transformados em áreas dependentes de uma só atividade: o turismo e seus derivados. Essa tendência, que por si só é alarmante, agrava-se com a decadência conjuntural do setor na área:

taxa de ocupação média baixa, diária média baixa; gasto médio de turista por dia baixa; quantidade rege antes da qualidade de serviços; atrativos turísticos cada vez mais lúteis e comerciais; vida útil, padrão e porte da infra-estrutura hoteleira desvantajosos; falta de gestão coordenada do setor turístico privado; falta de cuidado do espaço público e do recurso natural; comércio/serviço turístico massificado, uniformizado e com concorrência degradatória (comércio ambulante versus formal), sistema de arrecadação tributária desequilibrado, concessões de uso sem relação custo- benefício equilibrada etc.³⁷

Esse quadro tem como agravante o fato da *revolução urbana* em curso não ter sido precedida pelo planejamento, apesar de o Plano de Referência Urbanístico-ambiental (PRUA) da Zona Turística de Porto Seguro ter alertado, em 1997, para a necessidade de se “preservar a atratividade, sanidade e funcionalidade tanto dos núcleos individuais quanto do conjunto do Centro Turístico como destino turístico”. Diante do grau de dependência da exploração dos atrativos turísticos, que, na região, aquele estudo considerava “insano”, tornava-se imperativo defender a *qualidade do destino turístico*.³⁸

Embora aparentemente benéficas a curto prazo, essas recomendações têm efetividade limitada, pois elas excluem os interesses, as possibilidades e os impedimentos da população residente. No caso da região de Porto Seguro, este é o cerne mesmo da

37 Urplan, 1997, p. 5.

38 Urplan, 1997, p. 7.

questão: por um lado, políticas de largo alcance tentam impor a articulação prática e simbólica de grupos humanos determinados com valores, interesses e prioridades externos e privados; por outro, os textos oficiais e promocionais em circulação operam um verdadeiro apagamento de tudo – e de todos – que em Porto Seguro e em Cabrália não façam parte da temática mercadológica da fundação da brasilidade, iluminada pelas luzes celebratórias do V Centenário.

A Costa do Descobrimento prepara-se para saudar em grande estilo os 500 anos do Brasil. Ela pretende oferecer, para uma clientela interessada em história, religião e natureza, o conforto de *resorts* e unidades de *residence service*, ao estilo do turismo globalizado. Esses investimentos poderão contribuir para uma elevação da posição dessa região no *ranking* competitivo das zonas turísticas e talvez para a elevação do interesse dos investidores nacionais e internacionais, gerando mais recursos e oportunidades para a sua população. Mas para que esta possibilidade venha a se concretizar é imprescindível que o processo seja conduzido a partir de um plano geral que explicita as prioridades, limites e possibilidades dos cidadãos e que evite o esgotamento e a banalização dos recursos disponíveis.

Há um excesso de idéias e projetos circulando na região. Mas não está claro de onde virão os recursos necessários à sua concretização e ao atendimento de tantas carências. Não há políticas urbanas e sociais que de forma objetiva e realista façam previsões acerca de quando e como as decantadas vantagens do turismo serão transformadas em benefícios para a maioria da população.

Em conclusão, a problemática

Pretendo que estas reflexões forneçam subsídios para a formulação de alguns enunciados genéricos sobre as relações entre o turismo, o patrimônio cultural e a vida social, e, deste modo, contribuam para compreender o ambiente em que se formam os sentidos contemporâneos das comemorações do V Centenário do Descobrimento. Assim, vejamos:

1. Os processos materiais e simbólicos que produzem e modificam as configurações espaço-temporais identificadas como de interesse para o patrimônio nacional visam principalmente a formação dos atributos de *centralidade* e *singularidade* dos quais deriva o *capital cultural* desses lugares.

2. O turismo promove relações interculturais e a *commodification* da diferença e da singularidade (histórica e étnica) dos *lugares*, participando ativamente do modo como se espacializam e ganham visualidade *cenográfica* as identidades, os projetos de futuro e as celebrações do presente.

3. Os processos culturais de re-enquadramento e reinterpretação da paisagem material – tal como foi exemplificado neste estudo pelos investimentos feitos para o desenvolvimento do turismo – *desencaixam*³⁹ os modos de vida e as práticas locais dos seus contextos e sentidos tradicionais, reconfigurando suas referências culturais num marco político e econômico supralocal (nacional ou global).

4. A paisagem de história – como paisagem de poder – forma-se a partir da transformação dos sentidos locais da identidade (que, no caso considerado, incluem a reivindicação de autoctonia e territorialidade) em outros que, sendo suficientemente genéricos, permitem o desenvolvimento dos jogos táticos em que se efetivam as negociações práticas e simbólicas do cotidiano, por atores que se apresentam de forma *híbrida* (nativo e estrangeiro) e como produtores de bens criados segundo uma estética de *fusão*, ou seja, objetos que são ao mesmo tempo artesanais e artísticos, utilitários e decorativos, referidos à tradição e inovadores, etc. São bens produzidos com matérias-primas de baixo custo, implicando grande investimento de execução (trabalho) e criação, em resposta a demandas que levam à incorporação, pelos conhecimentos e tecnologias locais, de tudo o que possa ser absorvido por uma interpretação atenta das referências e do gosto da população em trânsito e do mercado.

5. Nesse processo, produzem-se um simultâneo apagamento e uma exposição tática de diferenças e desigualdades em que o *pertencer* (incluindo a participação nos rituais e celebrações do lugar) passa a ser um valor negociado em estratégias econômicas, de poder e de distinção social. Nas festas de padroeiro da Costa do Descobrimento, por exemplo, há uma progressiva incorporação dos frequentadores *rich and famous* a uma organização que ainda é pautada por padrões tradicionais e liderada por atores *nativos*. Essa incorporação tem como conseqüências (desejadas pelos nativos) o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade dos recursos disponíveis para a festa (alimentos, bebidas). Desse processo emerge um estilo que ao mesmo tempo recupera tradições e inova, agregando objetos, adereços e tecnologia (equipamento audiovisual) urbanos.

39 A. Giddens. *Modernity and self identity*. Londres, Polity, 1992.

A problemática situação em que se encontram os índios pataxó (particularmente os de Coroa Vermelha) no contexto das comemorações dos 500 anos do Brasil ganha maior clareza no quadro aqui delimitado. De fato, esse grupo étnico encontra-se no foco de uma contradição. Eles, ao mesmo tempo, reivindicam uma identidade diferenciada – embora a sua singularidade cultural e os seus direitos sejam freqüentemente contestados – e respondem à contingência de representar, no sítio que ao mesmo tempo é terra indígena e monumento nacional, uma indianidade genérica.

A todo momento – e sobretudo nas ocasiões rituais, como são as comemorações centenárias – a história é objeto de representações e interpretações. Assim foi com a famosa tela de Victor Meireles, *A Primeira Missa* (1861), tema retomado por Portinari no painel de 1947 (Banco Boa Vista, São Paulo), e assim é com o *Memorial do Encontro* e demais projetos associados ao V Centenário. Na linguagem de cada intelectual e de cada artista – erudito ou popular – e nos termos do seu tempo, o imaginário vai constituindo discursivamente a realidade segundo os seus padrões de verossimilhança. Assim é hoje, e assim tem sido sempre. O que há de novo – e vale ressaltar no caso dos parques temáticos – é que o hiper-realismo de vitrine em voga impõe que a paisagem e os sujeitos reais, que fazem dela e nela a sua morada, moldem-se ambos, e a despeito da história, aos seus padrões estéticos e à sua moralidade: a devoração da vida pelo comércio!

Ainda no caso da região de Porto Seguro, focalizada nestas reflexões, a propalada *sustentabilidade* – do turismo, como do desenvolvimento urbano – depurada de todo sentido político e social, tem significado simplesmente *lucratividade*, sem nenhum compromisso com a geração de uma qualidade de vida adequada para a maioria da população residente, nem com a valorização da memória social, nem tampouco com a condição humana ou política dos cidadãos. Na construção da paisagem-monumento, quem decide é o mercado, e o lucro vai para quem puder criar e manipular as regras do jogo.

Transfere-se para a economia o dinâmico embate das diferenças culturais, das várias histórias e memórias. Atualmente, é o mercado que tece o fio da meada da história, definindo o sentido da vida; não a ideologia. A banalização do patrimônio histórico e artístico é um fato reconhecido em todas as reuniões internacionais sobre o assunto: o museu foi transformado em vitrine de butique. E a consequência disso é que, se a aura se perdeu, perderam-se a sua força simbólica e as crenças que a realimentam. Portanto, o patrimônio é, hoje, informação: informação visual, histórica, antropológica, arquitetônica, geográfica. Informação que pode ser recuperada e interpretada. Nesse sentido, como informação, talvez possa ser dito que o patrimônio democratizou-se.

A contrapelo do excesso que caracteriza as tendências atuais da cultura e das políticas de patrimônio visando o aumento de sua rentabilidade comercial, é chegada a hora de libertá-lo das interpretações dogmáticas e deixar um espaço amplo, protetor, à sua volta. Espaço e silêncio, para que cada um se sinta estimulado a contemplar o passado – como se contempla um lugar distante – e meditar sobre ele, sem perder a consciência do contexto e da posição de onde se observa.